

O dossiê História Urbana da **Revista Convergência Crítica** apresenta quatro textos sobre a temática. Três deles nos oferecem um rico panorama sobre a cidade lusa do Porto.

Um deles é o instigante artigo de Cláudia Rodrigues intitulado “O lugar residencial na cidade do Porto: a territorialização social do espaço urbano”. O trabalho revela que o processo de segregação habitacional e marginalização urbana acabou se cristalizando em determinados “espaços-tempo” da cidade, materializados em três territórios: o centro histórico, a “ilha” e o bairro social. Três lugares, símbolos, que refletem a “história do realojamento na cidade”.

Segundo Cláudia, centro histórico ou “cidade amuralhada” é o território a partir do qual “a cidade se desenvolve e se densifica” e que nos dias de hoje passa por um acelerado processo de gentrificação.

Já a “ilha” que denota isolamento, “constitui uma tipologia habitacional, formal e informal, de baixa renda.” Nesse território a “proliferação, exiguidade e salubridade deste espaço habitacional torna as centenas de ilhas da cidade alvo de políticas de erradicação e/ou invisibilização social, acompanhadas por subtis ou violentos processos de realojamento.”

E os “bairros sociais” são aqueles cuja emergência “associa-se intimamente aos planos formais de desenvolvimento urbano e aos processos de realojamento social geralmente não voluntários para moradores e concretizados de forma autoritário e desumanizante.” Eles surgem, segundo a autora, como resultado reação do governo municipal “à densificação central, às questões de salubridade que afetam classes que não as populares e à necessidade de afastamento de determinado tipo de populações do centro. São, então, excelentes analisadores do processo de marginalização socio-espacial.”

Em “Tempo dos rios e das cidades”, a pesquisadora Helena Madureira passeia pelo rio Leça, demonstrando como ele se integrou e foi integrado à dinâmica da região metropolitana da cidade do Porto. A autora faz uma fina análise revelando como o rio é capaz de engendrar diferentes ritmos e momentos de desenvolvimento em sua relação com a cidade. Nesse sentido, a autora parte do reconhecimento da importância dos

rios para a história das cidades e dos processos sociais de territorialização dos grupos em geral, a “história dos rios transcreve, em grande medida, a história das suas cidades.”

E essa história parece ter seguido um padrão que atravessou toda a Idade Média, quando os rios “foram fonte primordial de água, recurso escasso sempre valorizado pelas populações para o consumo e a higiene, para o desenvolvimento das atividades agrícolas, artesanais ou industriais, e serviram também como meios de comunicação, de transporte e como facilitadores de práticas comerciais.” Mas que sofreria uma forte inflexão com a Revolução Industrial, cujo conjunto de transformações “alteram drasticamente a relação estrutural e funcional entre as cidades e os seus rios.”

Centrando-se no caso do rio Leça, a autora compoe um “retrato a dois tempos, que evidencia simultaneamente o decurso dos processos de urbanização emanados essencialmente do Porto centro da cidade região, e a persistência de formas de organização territorial ancestrais.”

O grande marco das transformações se localiza nos anos 50, já que “marca assim um início de profundas alterações na organização territorial da Bacia do Leça, que se acentuarão nas décadas seguintes, e que terão como um dos corolários a transformação relação com o rio.” Atualmente, o Leça, sendo esse o momento final da análise de Helena, passa por um momento de “descoberta”, num “movimento que congrega as esferas políticas e científicas, e também o crescente interesse dos cidadãos, levando à multiplicação de projetos para o restauro e a requalificação dos cursos de água urbanos.”

O texto de Hernâni Lamego destaca o papel histórico da Companhia Portuguesa de Cobre (CPC), cuja sede se situava no Porto. Neste trabalho, o autor faz uso de ampla pesquisa documental, composta por diferentes fontes arquivísticas, complementadas que são por fontes orais (entrevista a um ex-operário e um ex-administrador da CPC). Assim, o autor procura perceber o “contexto industrial, político e social em que surge a CPC, assim como a forma como a mudança do paradigma político nacional influencia o seu curso, com consequentes impactos a diversos níveis – toda a sua envolvência social, económica, geográfica, arquitectónica, as matérias-primas, os processos de fabrico, as

relações e organização empresariais.” Num segundo momento, observa-se todo o “processo de desindustrialização e abandono, serve agora a existência de modos de vida alternativos, dominados pela marginalidade, o consumos de drogas e o trabalho sexual.”

Fechando o dossiê temos o artigo de Raphael Duarte Xavier (O Partido dos Trabalhadores e sua marca na história das lutas pelo direito à cidade), que aborda a história urbana observando a evolução e transformação do espaço urbano e das políticas urbanas, tomando como estudo de caso o Partido Trabalhista (PT). O autor transporta-nos para alterações globais e locais que afetam identidade, prática e política do PT, partido que se deparou, nos anos 90, com a inevitabilidade de adaptação da sua agenda à mudança social, económica, cultural e política, e com a necessidade de integrar o direito às cidades e metrópoles.

A transformação do modo de produção capitalista fordista em flexível ou pós-fordista, a crise da narrativa de esquerda - simbolizada pela queda do muro de Berlim em 1989 - e a ideologia conservadora católica subjacente ao pontificado de João Paulo II, são três marcos apontados pelo autor que afetam o caminho do PT nomeadamente no que diz respeito às políticas urbanas. O espaço urbano e sua história são afetados tipo de capitalismo e modos de produção associados; passa-se de uma economia centrada na industrialização e produção para uma outra centrada nos serviços e circulação. Estas alterações imprimem mudança no espaço urbano, fazendo emergir novas formas de segregação habitacional. É neste cenário que se verifica a mudança identitária do PT passando de um registo de movimento para um registo partidário, implicando uma redefinição do protesto e dos movimentos sociais que se flexibilizam e transcendem o domínio do movimento laboral. Apesar de não narrado pelo autor, trata-se, neste artigo, da passagem do capitalismo e das políticas que o sustentam de um foco no trabalho, para um foco no quotidiano, sendo que, e tomando as considerações de Henri Lefebvre, o quotidiano social é absorvido pelo urbano.

As cidades, as metrópoles evidenciam a produção desigual e desenvolvimento desigual de espaço urbano. Raphael Xavier descreve o desafio com que o PT se deparou no campo do direito à cidade, sublinhando a inclusão da questão urbana na sua agenda através do chamado Modo Petista de Governo, introduzido nos anos 90, que se substitui à ênfase na

luta social. Este modo de governo pressupõe a participação dos populares nas políticas públicas, nomeadamente, nas questões urbana e metropolitana. O Orçamento Participativo (OP), ferramenta participativa – com os seus limites e vulnerabilidades, alerta o autor - tenta contrariar esse rumo das cidades e constitui um bom analisador da luta pelo direito à cidade e da afirmação da identidade participativa do PT permitindo a participação efetiva da sociedade civil na gestão dos seus lugares urbanos promovendo *poder para influenciar poderes*. No entanto, a orientação para a manutenção da desigualdade e fragmentação continua a imperar e parece fortemente imune às alternativas e à mobilização pública; permanece, então, no espaço urbano o confronto entre a manutenção de estruturas desiguais e fragmentadas e a demanda pelo direito à cidade e à metrópole. Neste sentido, o artigo de Raphael Xavier cruza-se com a temática abordada por Cláudia Rodrigues neste dossier, sendo que no Brasil a desigualdade é a fragmentação e segregação urbana é híbrida e a proximidade espacial e distância social coexistem, algo que em Portugal não é tão notório ou vulgar.

xxx

No artigo de Adga Lima Brito, que a autora assume conter uma motivação afetiva, somos transportados/as, através de uma análise baseada na história oral, para um quotidiano, não tão longínquo, das mulheres nos seringais na zona de Manaus.

Somos transportados/as para a migração cearense associada aos ciclos da borracha, ao desenvolvimento urbano do Belém e de Manaus, que com a borracha - e com o impacto económico, social e cultural associado à extração e exportação de latex - se tornam centros urbanos e cosmopolitas. A migração nordestina que buscava, neste caso, na cidade de Manaus e nos seringais da zona, uma mudança de vida; as interpenetrações entre a história rural e história urbana estão também latentes no artigo de Adga Brito. Somos confrontados/as à invisibilidade dos papéis e da relevância das mulheres no quotidiano dos seringais e ao seu contributo para a libertação *possível*, a resiliência neste cenário. Como estratégia de sobrevivência, de libertação e de luta através do quotidiano, estas mulheres estão envolvidas e sustentam o desenvolvimento de uma economia informal, baseada em

desvios, no *auto-cultivo* e na diversificação de produção e serviços. Alicerçadas na união familiar e comunitária, estas práticas constituíam formas de resistência e de transgressão ao domínio dos seringalistas, dos patrões, dos barracões. Este tempo é um tempo marcado pela migração nordestina, pela exploração da força do trabalho e da mulher, transporta-nos à história dos lugares de vida como a *colocação* e o *barracão*. Em síntese, trata-se de uma abordagem interessante e reveladora para a história do cotidiano, de um cotidiano do trabalho, do lazer, da comunidade, da família; trata-se da história da sobrevivência, subversão e resiliência protagonizada pelas mulheres.

Em “Gilbert Gabeira e os trabalhadores capixabas nas eleições de 1935”, Amarildo Mendes Lemos analisa as eleições de 1934 no Espírito Santo a partir da atuação do Partido Proletário (PP), que elege Gilbert Gabeira Proletário para deputado na Assembleia Constituinte do estado do Espírito Santo. O autor procura explicar o processo pelo qual Gabeira, que havia assinado a Constituição Federal de 1934 como deputado classista, “teve seu nome transformado em verbo: gabeirar, ou seja, mudar de partido a troco de dinheiro.”

Alexandre Augusto e Souza nos proporciona um estudo sobre a pesquisa educacional, mais precisamente a institucionalização da pesquisa educacional no Brasil em seu artigo intitulado “Institucionalização da pesquisa educacional no Brasil”. Ele parte da análise e debates vinculados à institucionalização desta atividade de pesquisa, bem como da problematização deste processo. Suas principais fontes documentais são os periódicos *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* e a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*. Destaque também para a ênfase do autor no cotejamento que faz dos escritos de Florestan Fernandes sobre as transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo do século vinte, que repercutiram diretamente em sua conformação institucional.

Em “A poliarquia Brasileira”, Guilherme Augusto Batista Carvalho efetua uma análise do papel da mídia brasileira no apoio à hegemonia governista que tenta se estabelecer a partir da década de 1990 no país, tratando dos governos Collor e FHC. Para tanto, o autor lança mão da discussão teórica fundamentada em quatro conceitos basilares: “Poliarquia”, “Simbolismo”, “Hegemonia” e “Vontade”. O autor conclui que o processo de construção de apoios da mídia aos governos Collor e FHC acabaram fracassando em seus intentos de construir uma base consensual na sociedade no Brasil para implementar suas políticas

econômicas de austeridade, o que acabou por engrossar a voz dos nascentes movimentos organizados que se colocaram na contramão de tais políticas.

E temos finalmente o trabalho de Andre Franklin Palmeira, que em “A Trajetória do MDB/PMDB e a política brasileira nas últimas décadas”, refaz a trajetória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro “desde sua fundação no início da ditadura civil-militar de 1964 até a primeira eleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2010.” Andre demonstra as várias facetas do partido, as formas pelas quais ele se apresentava à sociedade civil, seja como um partido de *frentes políticas*, seja como o partido que se tornou a “cara” da transição da ditadura para a “democracia” na década de 1980, passando pela década de 90, em que mesmo perdendo força, ainda se manteve um agrupamento de políticos “bons de voto” pelo interior do Brasil, “mas vazios programaticamente e sem alcances nacionais”. Ele analisa como isso pode ocorrer, relacionando a dinâmica evolutiva da legenda com os acontecimentos políticos mais marcantes nas últimas décadas.